


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000414-95.2013.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 13/11/2013 14:26:53 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**IVETE SPINELLI** propõe ação indenizatória contra **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** aduzindo que em 02 de setembro de 2012, por volta das 20h30min caminhava pela Rua Miguel Petroni no sentido da Rodovia Washington Luis - Condomínio Parque Fher e próximo à portaria do condomínio, veio a tropeçar em uma pedra e cair sobre seu braço direito ocasionando sua fratura. Socorrida por sua filha, submeteu-se à cirurgia e foi afastada de suas atividades. O local do acidente está em péssimo estado de conservação, sem calçamento adequado. Juntou fotos (fls. 25/26). O acidente a impossibilitou de exercer o seu ofício de cabeleireira, passando a receber auxílio-doença do INSS, havendo uma diferença remuneratória mensal de R\$ 2.378,00 e, especificamente em dezembro, de R\$ 6.000,00. Sob tais fundamentos, pede condenação do réu ao pagamento de: **a)** indenização por danos morais no valor de R\$ 33.900,00; **b)** indenização por danos estéticos no valor de R\$ 33.900,00; **c)** indenização por lucros cessantes durante todo o período em que esteve afastada, observando-se em cada mês a diferença de R\$ 23.78,00 e, especificamente em dezembro, de R\$ 6.000,00.

O réu contestou (fls. 80/96) afirmando que não houve falha na prestação de serviços de manutenção da calçada que possa ser considerada relevante, do ponto de vista causal, para a ocorrência do resultado, e, no mais, que a autora não sofreu os danos morais, estéticos e materiais (lucros cessantes) alegados.

O processo foi saneado (fls. 106) determinando-se a produção de prova oral, ouvindo-se a tal título 04 testemunhas (fls. 124/125, 126, 127, 132).

As partes apresentaram memoriais (fls. 134/136 e 139/145).

**FUNDAMENTAÇÃO**

A ação é improcedente. O acidente efetivamente ocorreu, e a autora sofreu danos dele advindos. Todavia, a autora não comprovou, como lhe incumbia


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

(art. 333, I, CPC), que haja nexo de causalidade entre a má conservação da calçada (*faut du service*) e o resultado.

As testemunhas ouvidas (fls. 124/125, 126, 127, 132) declararam que as fotografias trazidas pela autora (fls. 25/26) e pelo réu (fls. 98) retratam fielmente a situação da calçada, acrescentando ainda que o local não é muito bem iluminado.

Sob tal contexto, analisando-se as fotografias, verifica-se que, realmente, a calçada perdeu seu calçamento. A despeito disso, percebe-se que não há buracos, tratando-se de uma pequena área em terra e cascalhos. Tendo em conta tal fato, não obstante a argumentação lançada pela autora, a quem peço vênias, não se constata nexo de causalidade entre as irregularidades existentes e o acidente. É que um transeunte que caminhe pelo local com a diligência habitual, com o cuidado exigível do homem médio, não se acidentará. O determinante, para o resultado, foi a falta de cuidado da autora, não a prestação de serviço inadequada.

O Poder Público, como se sabe, não é garantidor universal. Há que se exigir um nexo de causalidade entre a atividade estatal viciada e o resultado, o que não foi demonstrado no caso.

Tenha-se em conta, ainda, que o local da ocorrência integrava o caminho percorrido habitualmente pela autora, portanto ela já tinha conhecimento a respeito do estado da calçada, o que demonstra o acerto da conclusão de que preponderante, determinante para a causação do resultado, foi a sua conduta, não a falha prestação do serviço, por parte do réu.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO a autora nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**